

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 152/153

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 05: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado)- Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
26 DE OUTUBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Antonio Baratter.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2252**

Senhor Presidente.

Vimos pela presente solicitar o uso do Plenarinho desta Casa no dia 27/10 das 14:00 às 17:00 horas para

realização de reunião do Fórum das Entidades dos Servidores Públicos Estaduais.

Certos de sermos atendidos na solicitação, agradecemos antecipadamente.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) PÉRICLES MELLO

**REQUERIMENTO Nº 2241**

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor José Sabinno Franco, falecido no último dia 23.10.99, no Município de Cianorte.

Favor enviar cópia à família enlutada na Rua Cajoeiro, 84, CEP 87200-000, Cianorte-PR.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 2242**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da Senhora Maria Della Colleta Rossoni, falecida no último dia 22.10.99, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 2243**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor Mário Weber, com votos de congratulações pela passagem do 13º aniversário do Município de Campo Bonito-PR.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência também aos demais Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Campo Bonito teve seu território movimentado a partir da construção da estrada que ligou a Colônia Militar Marechal Mallet à Colônia Iguaçu, ainda no final do século passado, quando tudo não passava de grande sertão.

Fixaram-se em Campo Bonito alguns militares que optaram pelos belos campos do lugar, dentre os quais: Pompílio Neris Gonçalves, Glorocinco D'Avilla, Otávio Laurentino D'avilla e Djalma Laurentino Gonçalves. Ao se estabelecerem, estes homens encontraram vida ativa e um lugar denominado Santa Maria, ali já estava o Senhor Roque de Oliveira, antigo morador da localidade. Mais tarde desenvolveu-se uma comunidade.

Sua denominação de origem geográfica foi dada pelos pioneiros, via estrada de Barbaquá, área de exploração de erva-mate, por parte de famílias paraguaias.

Hoje temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado de diferentes raças e credos, valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 2245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pelo 52º aniversário do Município de Curiúva, comemorado no dia 26 do corrente mês.

Requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Tobias Souza de Oliveira, Prefeito Municipal e ao Senhor Jurandir Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

A primitiva denominação de Curiúva foi Caetê, numa referência à serra homônima e que na língua Tupi, significa “mata virgem”. Com esta mesma denominação o núcleo foi elevado à categoria de Distrito no ano de 1912, através do Decreto Estadual nº 985, integrando o território de Município de São Jerônimo.

Pelo decreto Lei nº 199 de 30 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto Lei nº 311 de 26 de fevereiro de 1945, o Distrito de Caeté passa a compor os Municípios de Araiporanga (São Jerônimo) e Congonhinhas, sendo que a partir desta época passa a ter a denominação de Curiúva.

Em 10 de outubro de 1947, pela Lei Estadual nº 02, sancionada pelo Governador Moysés Lupion, foi criado o Município de Curiúva, que foi devidamente instalado em 26 de outubro de 1947, com a posse do Senhor Luiz Lemos, como primeiro prefeito municipal nomeado.

As explorações que se fizeram em meados do século XIX, objetivando abrir picadas sertão adentro, na região dos Vales dos Rios Tibagi e Parapanema, são as primeiras notícias que a história registra sobre a movimentação no atual município de Curiúva. Nesta ocasião, a mando de João da Silva Machado - Barão de Antonina, o sertanista Joaquim Francisco Lopes penetrou na indepassável floresta tropical, cortando as Serras do Facão e Caeté.

A antiga picada que ligava os Campos Gerais à Colônia Militar do Jataí se transformou em estrada, sendo que numerosas caravanas se deslocavam permanentemente em sentido contrário.

Os primeiros moradores do lugar foram Fortunato Rodrigues Jardim e Antonio Cunha, que tinham grande

área de terras nesta região. Muitos dos viajantes, passando pelo pequeno povoado que se formara acabaram gostando do lugar e ficando, passando a compor novo tipo de vida naquelas paragens de clima bom e terra fértil.

Curiúva pertence atualmente à Microrregião 06 (AMUNOP). A Câmara Municipal está composta pelos seguintes Vereadores: Jurandir Rodrigues, Acir de Almeida Maciel, Arcilio Marquardt, Juvenal Hamilton de Souza Camargo, Gilberto Jorge Fadel, José Menino da Silva, Marcos José Marcondes Moreira, Marcelo Proença e Newton Ribeiro Mendes.

**Topônimo** - O termo “Curiúva” origina-se do Tupi-Guarani e denomina uma variedade de pinheiro, que existia fartamente na região, ao tempo da colonização do município.

**Dependência Genealógica** - Curiúva originou-se em 10.10.1947 de São Jerônimo, que em 23.02.1920 emancipou-se de Tibagi, que em 18.03.1872 desmembrou-se de Castro, que em 24.09.1788 originou-se de Curitiba, que foi emancipado em 29.03.1693 de Paranaguá, criado por Carta Régia em 29.07.1648.

**Denominação dos Habitantes** - Curiuvenses.

**População** - 11.040 habitantes.

**Distritos** - Sede, Alecrim, Felisberto.

**Limites** - Figueira, Ibaiti, Ortigueira, Sapopema, Telêmaco Borba e Ventania.

**Comarca** - Curiúva.

**Altitude** - 1.000m.

**Coordenadas** - 24º02' latitude sul, 50º28' longitude W-GR.

**Extensão Territorial** - 571,402 km<sup>2</sup>.

**Distância da Capital** - 282 km.

**Clima** - Sub-tropical úmido mesotérmico, de verões frescos e ocorrência de geadas severas e freqüentes, não apresentando estação seca. A média das temperaturas dos meses mais quentes é inferior 22°C, e a dos meses mais frios é inferior a 18°C.

**Padroeiro** - Divino Espírito Santo - data móvel.

**Data de Comemoração Municipal** - 26 de Outubro.

**Fonte** - O Paraná e seus Municípios.

#### REQUERIMENTO Nº 2249

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à COPEL - Companhia Paranaense de Energia (R. Cel. Dulcídio, 800 - Curitiba), pela comemoração de seus 45 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

##### A energia elétrica no Paraná

A história da energia elétrica no Paraná e de suas sucessivas etapas, até atingir o estágio atual, são contemporânea de seu uso no país. Essa história tem pouco mais

de meio século, porque as primeiras usinas elétricas do Brasil surgiram no ano de 1883, em Campos, Juiz de Fora e Diamantina.

No Paraná, o primeiro esforço para a eletrificação ocorreu em 9 de setembro de 1890, quando o Presidente da Intendência Municipal de Curitiba, Dr. Vicente Machado, assinou contrato com a Companhia de Água e Luz do Estado de São Paulo para iluminar a cidade com “uma força iluminativa de onze mil velas”. Baseada nesse contrato e com uma concessão de 20 anos, a Companhia instalou a primeira usina elétrica do Paraná num terreno próximo à antiga estação ferroviária, localizada atrás do então Congresso Estadual (hoje, Câmara Municipal de Curitiba).

A usina começou a funcionar oficialmente em 12 de outubro de 1892 e em 18 de maio de 1898 a empresa José Hauer & Filhos adquiriu a concessão do contrato e da usina, pensando em aumentar sua capacidade pois Curitiba já tinha uma população estimada em 40 mil habitantes.

Foi em 1901 que se instalou a primeira termelétrica propriamente dita, num terreno situado na Av. Capanema, perto da garagem ferroviária, também em Curitiba, onde está hoje a Estação Rodoferroviária. Esta usina operava dois conjuntos geradores de 200 HP cada um, tendo sido ampliada 3 anos mais tarde com a incorporação de mais um gerador. Enquanto isso, o contrato de concessão para exploração e fornecimento de energia elétrica era sucessivamente transferido.

Somente 10 anos após decorrido o advento da eletricidade em Curitiba é que uma segunda cidade no Estado - Paranaguá - passou a contar com tal benefício. Dois anos mais tarde, em 1904 foi a vez de Ponta Grossa ter eletricidade e depois União da Vitória. A estas localidades pioneiras seguiram-se Campo Largo, Prudentópolis, Castro, Guarapuava, Piraí do Sul e outras. Algumas indústrias também começaram a instalar geradores para consumo próprio.

Uma data importante para a energia elétrica do Paraná é 18 de julho de 1928, quando foi assinado o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em Curitiba entre o Governo do Estado e o Grupo de Empresas Brasileiras Elétricas, que, em seguida transferiu o compromisso para a Companhia Força e Luz do Paraná, constituída naquela ocasião.

As primeiras usinas geradoras de eletricidade instaladas no Paraná eram movidas a vapor. Foi em 1910 que se inaugurou a primeira hidrelétrica do Estado, a Usina da Serra da Prata, perto de Paranaguá, com potência de 400KVA e que forneceu eletricidade à Cidade até o início da década de 70, quando foi desativada. Um ano depois, era colocada em funcionamento em Ponta Grossa, a Usina Hidrelétrica de Pitangui. Outras centrais desse tipo continuaram a ser instaladas, mas foi somente em 1930 que se inaugurou uma usina considerada grande para os padrões da época - a de Chaminé, na Serra do Mar, nas proximidades de Curitiba, que mais tarde pas-

sou por ampliações e permanece em operação até hoje, com potência de 16 megawatts.

Os empreendimentos energéticos da época já tinham o respaldo do Código das Águas e do Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica que permitiam ao Poder Público o início da coordenação sobre o setor. Assim, com o apoio do Plano Nacional de Eletrificação foi criado o Serviço de Energia Elétrica do Paraná.

Por volta de 1948 a potência instalada em usinas no Estado do Paraná totalizada 43.195 quilowatts. A carência de energia elétrica não podia ser resolvida pelas empresas particulares de eletricidade - a maioria do Estado de São Paulo, e elaborou-se então o Primeiro Plano Hidrelétrico do Estado, com data de 1948. Posteriormente este plano transformou-se em outro a ser cumprido em duas etapas.

Antes ainda da existência da COPEL, os serviços elétricos a cargo do Governo Estadual estavam confiados ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE. Em 1953 foi criada a Taxa de Eletrificação, proporcionando novos recursos financeiros para a execução do Plano Hidrelétrico do Estado e no ano seguinte foi criada a COPEL, que deveria assumir gradativamente as responsabilidades até então a cargo do DAEE, prefeituras e concessionárias particulares.

### A COPEL

Em 26 de outubro de 1954, no Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, através do Decreto Estadual nº 14.947/54 foi criada a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL.

Os primeiros anos da COPEL foram investidos na sua estruturação, nos estudos das necessidades de energia elétrica no Paraná e na formulação de um programa de obras capaz de reverter com a máxima rapidez a situação de *déficit* crônico existente, onde eram comuns os racionamentos. Foi com a COPEL que o Governo do Paraná começou a solucionar, na segunda metade dos anos 50, um dos seus maiores e mais graves problemas: o da falta de um sistema de energia elétrica capaz de sustentar os processos de industrialização e diversificação da economia e de tornar possível à população um benefício essencial para a melhoria da qualidade de vida.

Nessa época a economia do Estado baseava-se exclusivamente na atividade agrícola e era necessidade inadiável instalar em seu território a infraestrutura básica para atrair empreendimentos industriais. Em termos de energia elétrica o Paraná era servido por sistemas isolados cuja abrangência limitava-se a algumas poucas cidades, e que eram propriedade de empresas particulares, muitas vezes de outros estados, o que trazia dificuldades devido à distância física e de realidade estadual. Além disso, a maior parte da energia elétrica gerada era proveniente de custosos motores a diesel, o que certamente ajudava a inviabilizar grandes investimentos no esforço e ampliação dos sistemas elétricos. Preso a essa realidade, o Poder Público via-se diante de um sério

obstáculo nos planos de crescimento econômico e social traçados para o Estado. E coube à COPEL a tarefa de superá-lo.

Depois de passar seis anos estruturando-se e realizando estudos e projetos de atendimento a um mercado altamente reprimido, a COPEL iniciou a execução efetiva dos planos de obras, lançando as bases do que viria a ser o sistema elétrico estadual. A partir de 1961, a COPEL assumiu as usinas de propriedade do DAEE e começou a executar o seu plano, atacando simultaneamente nas frentes emergencial e de longo prazo. Atendendo o *déficit* existente poderia a COPEL lançar-se a empreendimentos de maior vulto, com vistas ao suprimento do mercado dentro de horizontes mais amplos.

Cumprindo estas diretrizes, seguiu-se um programa de obras que alterou rapidamente o perfil energético do Estado, evoluindo de uma situação de estrangulamento para um modelo de integração e alta confiabilidade. Foram construídas e colocadas em operação a usina termoeletrica de Figueira e as hidrelétricas de Salto Grande do Iguaçu, Julio de Mesquita Filho e Capivari-Cachoeira, ainda hoje a maior hidrelétrica subterrânea do Sul do Brasil, inaugurada em 1971. Durante a década de 70 a experiência acumulada da COPEL na construção de usinas passou a ser usada na execução de aproveitamentos de outra ordem de grandeza - as usinas de grande porte, todas com potência instalada de mais de um milhão de quilowatts. Assim foi com Salto Osório e Foz do Areia. Doze anos depois, em 1992, era colocada em operação a segunda maior central geradora da empresa, a Usina de Segredo. Duas outras obras, uma já concluída e outra em construção vão ampliar consideravelmente o parque gerador próprio da COPEL - a primeira é a derivação do Rio Jordão, que completa o empreendimento de Segredo. A segunda é a construção da Usina Salto Caxias.

Durante estas quatro décadas e meia de existência da COPEL, o Paraná tornou-se o maior Estado produtor de energia elétrica do país, "exportando" quase 80% da eletricidade gerada em suas usinas. Nesse cálculo, estão usinas hidrelétricas instaladas nos rios limítrofes (como é o caso de Itaipu e das usinas na CESP, no Rio Paranaíba).

### **A COPEL hoje**

Presente hoje em praticamente todo o Paraná (há apenas sete sedes de Município onde a COPEL não atua diretamente distribuindo energia), a Empresa tem merecido o reconhecimento da população, gozando de excelente conceito em termos de eficiência e organização.

Completando nesta data 45 anos de existência, a COPEL pode afirmar com orgulho que desde sua criação, em 26 de outubro de 1954, vem cumprindo sua missão de dotar o Paraná de infraestrutura em energia elétrica necessária ao seu desenvolvimento. A COPEL é hoje a maior companhia do Estado, a maior estatal da Região

Sul do país e uma das empresas mais lembradas pela população paranaense.

Como vem fazendo ao longo de sua história, a COPEL continua exercendo um importante papel no processo de desenvolvimento do Paraná. A disponibilidade de energia é fator importante para a atração de novos investimentos no Estado. A exemplo das duas grandes montadoras de veículos que recentemente aqui se instalaram, outras indústrias estão se instalando e outras mais deverão aqui se instalar nos próximos anos, gerando como consequência o desenvolvimento do comércio e mais ganhos para a população.

Não podemos deixar de parabenizar esta Empresa, orgulho de todos os paranaenses. A COPEL é hoje, com 45 anos de história, uma empresa sólida, moderna, exemplar e reconhecida internacionalmente pela sua qualidade e excelência de engenharia. A COPEL, através de seu Presidente, Ingo Hubert, pela comemoração gloriosa de seus 45 anos, receba a COPEL, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

### **REQUERIMENTO Nº 2250**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município de Curiúva, pela comemoração de seus 52 anos.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) ALGACI TULIO

### **JUSTIFICATIVA:**

Em 10 de outubro de 1947, pela Lei Estadual nº 02, sancionada pelo Governador Moisés Lupion, foi criado o Município de Curiúva, que foi devidamente instalado em 26 de outubro de 1947, com a posse do Sr. Luiz Lemos, como primeiro Prefeito Municipal nomeado.

O termo Curiúva, origina-se do Tupi-Guarani e denomina uma variedade de pinheiro, que existia fartamente na região, ao tempo da colonização do município.

A dependência genealógica de Curiúva é a seguinte: Curiúva originou-se de São Jerônimo da Serra, que emancipou-se de Tibagi, que desmembrou-se de Castro, que originou-se de Curitiba que foi emancipada de Paranaguá, município criado pela Carta Régia em 1648.

Curiúva faz limites com os seguintes Municípios: Figueira, Ibaiti, Ortigueira, Sapopema, Telêmaco Borba e Ventania e possui uma extensão territorial de 571,402Km<sup>2</sup>. Seu padroeiro é o Divino Espírito Santo.

Os curiuvenses, como são denominados seus filhos, são pessoas muito hospitaleiras. Quem visita Curiúva sente-se em casa. O povo é acolhedor, ordeiro e trabalhador. Prova disso é o desenvolvimento do município que vem crescendo a cada dia.

Curiúva completa agora 52 anos e pode se orgulhar muito disso, pois é um Município do qual o Paraná orgulha-se de possuir. A cidade possui hoje um Hospital, 5 Postos de Saúde, 5 Escolas Estaduais e 15 Escolas

Municipais, uma APAE e um Asilo. A população está estimada em cerca de 10.500 habitantes. O Município possui muitas microempresas, a maioria na área madeireira. Duas empresas cerâmicas também fazem parte da economia da cidade.

Ao Município de Curiúva, pela passagem e comemoração de seus 52 anos, receba o Prefeito e vice-Prefeito Municipais, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2251

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de louvor aos Jornalistas Sandra Pacheco e Hugo Santana, pela autoria da obra “Maurício Fruet - Um Brasileiro Cordial”.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem parabenizar os Jornalistas Sandra Pacheco e Hugo Santana, da Editora O Estado do Paraná, pela iniciativa de imortalizar um dos maiores políticos paranaenses dos últimos tempos.

A obra “Maurício Fruet - Um Brasileiro Cordial” retrata de maneira clara e sincera, a vida deste nobre político, falecido ano passado, e que soube respeitar o povo e seus pares pelos mandatos que ocupou com dignidade e competência, vindo assim, dar sua contribuição ao desenvolvimento da Capital e de todo o Estado do Paraná.

Sendo assim, peço aos nobres Pares desta Casa, o apoio para esta proposição, justificada pela importância da obra literária em tela.

#### REQUERIMENTO Nº 2240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, solicitando a Incorporação do Município de Nova Santa Rosa à Comarca de Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se pelo fato de o Município de Nova Santa Rosa possuir uma sociedade vinculada diretamente nos aspectos cultural, político, social e econômico com o Município de Marechal Cândido Rondon, além do fator geográfico, pois a distância entre os dois municípios é de apenas 13 (treze) quilômetros, ao contrário dos 45 (quarenta e cinco) quilômetros até o Município de Toledo, cuja Comarca atualmente pertence.

A proximidade em relação ao Município de Marechal Cândido Rondon, influi na vida dos moradores do Município de Nova Santa Rosa nos seguintes pontos:

1. A população de Nova Santa Rosa geralmente contrata os serviços dos advogados com escritório profissional em Marechal Cândido Rondon, e o fato de pertencerem à Comarca de Toledo acarreta vários empecilhos tanto à população de Nova Santa Rosa, como trabalhos da Justiça, no caso de penhoras e demais atos que necessitam ser cumpridos através de cartas precatórias, encarecendo as custas judiciais;

2. Os contratos celebrados pelos moradores de Nova Santa Rosa tem como foro de eleição o de Marechal Cândido Rondon;

3. O intercâmbio comercial com o Município de Marechal Cândido Rondon é mais intenso do que o de Toledo; e

4. Os moradores de Nova Santa Rosa utilizam regularmente a infra-estrutura médico-hospitalar do Município de Marechal Cândido Rondon, pois o mesmo conta com 3 (três) hospitais, 1 (um) pronto socorro e cerca de 50 (cinquenta) médicos.

Deve-se ressaltar, também, que o Município de Nova Santa Rosa vem sendo jurisdicionado pelo Município de Marechal Cândido Rondon no que tange à Justiça do Trabalho, à Tributação e Fiscalização Estadual e a CIRETRAN.

Pelos aspectos apresentados, consideramos que a incorporação do Município de Nova Santa Rosa à Comarca de Marechal Cândido Rondon, traria diversos benefícios à comunidade novasantarrosense, além de agilizar e facilitar o trabalho do judiciário.

#### REQUERIMENTO Nº 2244

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig - Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, com cópia ao Ilustríssimo Senhor Paulinho Dalmaz - Mui Digno Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando providências para asfaltar a Estrada do Cerne, no trecho entre Curitiba a Castro, que foi construída na década de 30, que está em estado precário.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Considerada a principal obra do governo estadual na década de 30, a Estrada do Cerne foi concluída em 1940. Nas duas décadas seguintes, serviu como corredor para escoamento da safra de café.

Os produtores rurais e mineradores solicitam que o Governo do Estado complete esta principal obra, tendo em vista que faltam apenas um terço dos 480 quilômetros.

A falta de pavimentação e a precariedade de alguns trechos prejudicam muito os produtores que precisam transportar a produção.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Senhor Heinz Georg Herwig - Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes - Avenida Iguazu, 420 - Rebouças, com cópia para o Senhor Paulinho Dalmaz - Mui Digno Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem - Curitiba - PR.

#### REQUERIMENTO Nº 2246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Presidente da COPAGÁS, Senhor Luiz Roberto Dantas Bruel, solicitando esclarecimentos sobre o valor cobrado ou pactuado entre a COPAGÁS e a RODONORTE pelo assentamento de tubulação de passagem de gás na área da Rodovia entre Ponta Grossa e Araucária, especificando o valor por metragem/ano.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Presidente da RODONORTE, Doutor Geraldo Villin Prado, solicitando esclarecimentos acerca do valor cobrado (ou estipulado) por metragem/ano pelo assentamento da tubulação de gás na área da rodovia entre Ponta Grossa e Araucária.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2248

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Senhor Presidente da RODONORTE, Empresa Concessionária, Doutor Geraldo Villin Prado, solicitando esclarecimentos sobre a divulgação de cobrança pelo assentamento de tubulação/duto de TV a Cabo em especial nos bairros de Santa Maria, Santa Paula e outros, circundantes ou limítrofes da Rodovia que passa pelo Município de Ponta Grossa. Em caso afirmativo, esclarecer sobre os valores estipulados indicando as unidades de valor por metragem/ano.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 540/99

#### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Dr. Rached Saliba Smaka.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.10.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Dr. Rached Saliba Smaka, é um ilustre paranaense, nascido em Piraquara em 22 de setembro de 1928, onde ainda reside com sua família e exerce a sua profissão de médico. São inúmeras as contribuições que o Dr. Rached deu os nossos irmãos paranaense diagnosticando, remediando, curando e salvando vidas de milhares de pessoas ao longo do exercício profissional, que teve início em 1950 quando se formou pela Universidade Federal do Paraná. Dr. Rached também deu sua contribuição a política de seu município, onde foi vereador por diversos mandatos de 1959 a 1978, ora como secretário, ora como Presidente da Casa. Ele é também autor de numerosos trabalhos científicos publicados na imprensa médica brasileira e alguns até mesmo em jornais especializados estrangeiros, além de ter participado de vários congressos a nível regional, nacional e internacional.

#### **Dr. Rached Saliba Smaka.**

Continua em atividade como Diretor e Administrador da Clínica Médico-Cirúrgica de Piraquara Ltda.

Professor da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná, até hoje.

Aposentado como Professor da Faculdade Federal do Paraná.

Aposentado como médico do Departamento de Saúde Pública do Paraná.

Torcedor do Colorado Esporte Clube. (Hoje Paraná Clube); Não perde o noticiário das 20:00 horas.

Casado com Maria de Lourdes Araújo Smaka, pai carinhoso da Silvia e Marcia. Avô coruja da Andreza e do Carlos.

Fundador do Rotary Clube de Piraquara, onde participa de todas as reuniões.

A honradez e humildade foram fatores predominantes em seu caráter.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente há requerimento do Deputado Péricles Mello, solicitando o Grande Expediente para que a Presidente do Conselho Regional das Assistentes Sociais faça uso dessa tribuna. Tal requerimento já foi aprovado por essa Casa.

Portanto, essa Presidência consulta o Deputado Péricles Mello se fará uso da palavra. Concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

#### O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente quero agradecer pela preferência que esta Casa acolheu a solicitação do Conselho Regional do Serviço Social, para que se fizesse presente, falasse aos Senhores Deputados assunto da mais alta relevância, nesse Grande Expediente.

Com muito prazer convido a Assistente Social, Márcia Terezinha de Oliveira, que é Presidente do Conselho Regional do Serviço Social, para fazer uso da palavra.

#### A SRA. MÁRCIA TEREZINHA DE OLIVEIRA

Boa tarde, Senhores Parlamentares.

Queremos em primeiro lugar agradecer o espaço concedido aqui, para que possamos tratar de uma questão que há muito tempo estamos acompanhando, enquanto Conselho Regional de Serviço Social.

O uso da titulação indevida da denominação Assistente Social. Acompanhamos os trabalhos dos Senhores Parlamentares, através dos seus gabinetes, o trabalho social desenvolvido pela Assembléia Legislativa, e muitas vezes estamos recebendo, queixas, denúncias do uso indevido da denominação Assistente Social.

Então muitos Parlamentares encaminhando os usuários da Assistência Social, pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, que vem solicitar auxílio, ajuda a esses gabinetes parlamentares e, aonde ocorre por parte dos gabinetes a denominação: "Fale com o meu assistente social, com a minha assistente social."

Então gostaríamos nesse primeiro momento de esclarecer: Assistente Social é um titulação designada a um profissional de nível superior. É um curso de 4 anos, sendo que esta profissão é regulamentada por Lei Nacional nº 8662. Ela possui um código de ética, que estabelece princípios e diretrizes de funcionamento dessa profissão.

A nossa primeira escola de Serviço Social surgiu no País, em 1936.

Então, entendemos da necessidade, como as demais profissões, que têm maior visibilidade, maior clareza, porque a prática, o trabalho do Assistente Social, ainda estamos construindo essa visibilidade no cotidiano profissional. Hoje, esse profissional é aquele que está formulando políticas públicas, executando programas de projetos sociais de amplitude nacional, estadual e municipal.

Gostaríamos de estar trazendo esse alerta, tendo em vista todos os trabalhos da rede de solidariedade, do trabalho voluntário, que na verdade, hoje precisamos estar assumindo o compromisso com essa população excluída, empobrecida pela situação social que vive o nosso País. Mas, temos que estar repensando quais são os

profissionais que atuam na área da questão social, que atuam frente a buscar propostas na formulação de políticas sociais.

Então colocar aqui a nossa profissão, de Serviço Social, como uma profissão em defesa da cidadania e, que gostaríamos que fôssemos respeitados na nossa prática profissional. Estaríamos à disposição para estar discutindo questões, inclusive já desenvolvemos trabalhos com vários parlamentares aqui presentes.

Também aproveitamos este momento, para informar que hoje, está sendo realizada a 3ª Conferência Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná, em Faxinal, Conferência esta que vai estar estabelecendo e aprovando uma política de Assistência Social para o Estado. Dentro do trabalho voluntário, do trabalho que os Senhores Parlamentares executam nos gabinetes é que pudessem estar revendo esta situação da titulação indevida.

Nos colocamos à disposição para estar aprofundando, batendo estas questões. Hoje é uma profissão que consideramos relativamente nova, que tem muitos desafios. É uma profissão que está tornando um vulto muito grande no cenário nacional, estadual e municipal.

Quero agradecer pelo uso desse espaço em nome do Conselho Regional do Serviço Social, da XI Região e ao Deputado Péricles Mello, que concedeu este espaço juntamente com o Presidente aqui, da Assembléia Legislativa.

Muito obrigada.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Findo o Horário do Expediente passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PT concedo a palavra ao Deputado Hermes Fonseca.

#### O SR. HERMES FONSECA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso a tribuna, neste momento, para apresentar aqui a esta Casa uma denúncia contra a Audi, Renault e outras contratadas dessas empresas que estão lesando os trabalhadores brasileiros que prestaram serviços nas instalações de seus equipamentos e na sua construção.

Queremos registrar, aqui, em nome de 11 trabalhadores que as empresas Audi e Renault contrataram a empresa COMAU do Brasil Ltda para realizar obras e instalação de equipamentos e infra-estrutura em seu canteiro de obras. A empresa COMAU do Brasil Ltda, por sua vez, empreitou os ditos serviços à A&C do Brasil Ltda., a qual contratou os empregados para a realização do serviço. Após concluída a empreitada, a empresa A&C do Brasil Ltda., que é uma empresa italiana, encerrou suas atividades no País e voltou para a Itália sem fazer a rescisão dos contratos dos funcionários, sem pagar os direitos trabalhistas, deixando-os desamparados.

Os trabalhadores foram à Delegacia Regional do Trabalho e apresentaram a reclamação, reivindicando as



verbas rescisórias a que têm direito. A audiência foi infrutífera porque compareceu apenas a COMAU do Brasil, a qual, embora reconhecendo a sua responsabilidade, solidária, conforme dispõe o Artigo 455 da CLT, pediu um prazo de 20 a 30 dias para inteirar-se dos fatos e posteriormente se posicionar.

Os trabalhadores não aceitaram dar mais prazo e ingressaram com uma ação reclamatória trabalhista na Justiça do Trabalho em São José dos Pinhais.

O que pretendemos através desta denúncia, Senhor Presidente e demais Pares, é que esta Casa, através da qual tem sido dado e concedido incentivos, num programa do Governo do Estado do Paraná às empresas, para se instalarem aqui no Estado. O que temos que fazer é uma ação política, no mínimo - nesta Casa, denunciando isto e cobrando do Governo do Estado que concede incentivo às empresas para se instalarem no Estado do Paraná que lesam os seus empregados que lhes prestaram serviços. O que queremos é uma ação desta Casa para que o Governo do Estado do Paraná seja informado de que está ocorrendo isso, que a Audi e a Renault têm responsabilidade sobre esses pagamentos porque elas subempreitaram os serviços e o Artigo 455 da CLT diz bem claro:

“Nos contratos de subempreitada, responderá o subempreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados o direito de reclamação quanto ao empreiteiro principal, pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro.

No caso, o principal empreiteiro constitui-se nas pessoas jurídicas da Audi e da Renault.

O que não podemos concordar é que trabalhadores nossos, brasileiros, prestam serviços na montagem das indústrias que aqui se instalaram no Paraná, que foram beneficiárias de incentivos fiscais e que não queiram agora pelos serviços que contrataram.

Cabe então, vou fazê-lo depois por escrito à Mesa, para que essa Casa peça informações ou alguma providência no sentido de que a Audi e a Renault respondam também por essas obrigações trabalhista, já que lei estabelece e já que a lei diz que são realmente responsáveis por isto.

Esta é uma questão que não poderia deixar de ser discutida aqui, até por pedido de todos esses trabalhadores, porque nós e esta Casa, que têm respaldo as ações do Governo, no sentido de permitir a instalação de indústrias com incentivos fiscais, não podemos concordar que essas indústrias que recebem esses benefícios do Estado do Paraná, deixem de pagar pelo serviço que contratam aqui no Brasil.

Esta é a minha denúncia, este é o apelo que faço aos nobres Pares desta Casa, para que essa Casa tenha realmente uma ação política para poder contribuir para a solução deste problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PSB, PFL, PTB.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tivemos aqui, aproveitando a presença das nossas companheiras representadas pela Marcia T. de Oliveira que é Presidente do Conselho Regional de Pesquisa Social, na semana passada, a realização aqui em Curitiba do 3º FONGEMAS, Fórum Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, em cima exatamente daquela questão que também levantamos aqui na Assembléia, quando o Governo Federal anuncia cortes na área social.

Esta Casa tirou um documento proposto por minha pessoa, assinado pela maioria dos senhores parlamentares, mais de 40 parlamentares assinaram aquele documento encaminhado ao Ministro Valdek Ornelas e à Primeira-Dama do País, Senhora Ruth Cardoso, e encaminhado também à Bancada Federal em Brasília para que fizesse o trabalho de interceder junto ao ministro e junto ao presidente da República, tirar da cabeça essa idéia de cortar verbas sociais.

E o debate deste 3º Fórum realizado aqui em Curitiba tirou a Carta de Curitiba, que passo a ler para os Senhores Parlamentares, para que fique registrado nos anais desta Casa. (**Lê**):

### “Carta de Curitiba”

“Para quem vai em busca do sol,  
é sempre madrugada”.

Helena Kolody

Os Gestores Municipais em sua constante caminhada, reuniram-se no III Encontro Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, ocorrido em Curitiba-PR nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 1999, com a participação de 23 estados: Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Os objetivos deste encontro foram a discussão e a elaboração de uma agenda nacional para a implementação de uma Política Pública de Assistência Social, dentro da perspectiva do cotidiano da vida municipal, uma vez que é nesta instância que o exercício democrático tem condições de se concretizar.

### Considerando:

a) A universalidade da Política Pública de Assistência Social definida como “específica na clientela e genérica na cobertura”;

b) A instabilidade econômica pela qual atravessa o país, alimentando a indústria da miséria que demanda no aumento dos destinatários da Assistência Social;

c) O perverso aumento da desigualdade na distribuição de renda;

d) A intenção desagregadora do Governo Federal em repartir escassos recursos da Assistência Social, utilizando o critério do Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados (IPEA) “de tirar do pobre para o pobre” e desrespeitando os preceitos legais da Lei Orgânica de Assistência Social, Comissão Intergestora Tripartite e Conselho Nacional de Assistência Social;

e) A implementação de ações definidas pela Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica - NOB/99 está muito distante na concretização das ações nas três esferas do governo;

f) A fragilidade política da interlocução do Governo Federal da área de Assistência Social para garantir junto às demais esferas de governo os avanços desejados pelos municípios no sentido de implementação da LOAS;

g) O descompromisso da área econômica do Governo Federal com a implantação e implementação da PNAS no país;

h) O descompromisso do Governo Federal com o FONGEMAS manifestado pela frágil participação de sua representação no 3º Encontro realizado em Curitiba/PR.

**O Fórum Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (FONGEMAS) reitera o seu compromisso na busca de financiamento e ações que atendam o cidadão excluído e**

**Propõe:**

1) Autonomia na utilização de recursos federais de acordo com os Planos Municipais de Assistência Social;

2) Ampla articulação política nas três esferas de governo, para impedir que a esfera federal na nova forma de repartição de recursos, defina perdas para aqueles municípios que possuam rede de Assistência Social estabelecida e a mantenha com recursos federais, historicamente destinados à esta rede;

3) Urgente planejamento do cronograma das ações propostas pelo Governo Federal para que não haja mais atropelo nas relações gestor/técnicos, gestor/conselheiros;

4) A articulação política com os Ministérios da área econômica, Previdenciária e Assistência Social, da Justiça, Educação e Saúde, visando a instalação de um processo de discussão;

5) A exigência imediata da autonomia da gestão municipal, como estabelece a Constituição Brasileira, a Política Nacional e Assistência Social e a Norma Operacional Básica - NOB/99;

6) Ampliação do processo de mobilização, através de uma agenda básica até dezembro do ano 2000;

7) Acompanhamento permanente para que as propostas da Frente Parlamentar de Assistência Social e do Conselho Nacional de Assistência Social sejam efetivadas;

8) A definição imediata de um piso para a Assistência Social;

9) Intensificar o fortalecimento e a ação política dos Colegiados Estaduais, visando inclusive a criação de Frentes Parlamentares no Estado;

10) Que a definição de critérios de partilha respeite os indicadores sociais: população, série histórica, recursos próprios dos Estados e Municípios, e demandas garantindo o financiamento público para a efetiva execução estabelecida na Política Nacional de Assistência Social;

11) Construir um sistema de informações, monitoramento e avaliação da situação de pobreza e exclusão nos municípios, bem como do impacto dos benefícios, serviços e projetos de seu enfrentamento;

12) A permanente capacitação dos gestores à distância e presencial;

13) A Primeira Dama Ruth Corrêa Leite Cardoso seja convidada a discutir com o FONGEMAS, a ampliação dos recursos destinados à área de Assistência Social, sendo uma forte interlocutora junto à equipe econômica no que diz respeito à necessidade do aumento de recursos.

**Sugestões de Agenda do Colegiado**

Reuniões trimestrais da Diretoria e monitoramento das ações realizadas junto com a Comissão Integradora Tripartite, Conselho Nacional de Assistência Social e Comissões Intersetoriais.

Reuniões Regionais dos Colegiados, semestralmente com o acompanhamento nos Conselhos Estaduais, Comissões Intergestoras Bipartites.

Estímulos estaduais de reuniões com outros gestores de políticas estaduais visando garantir a interface das políticas públicas.

Curitiba, 13 a 15 de outubro de 1999.

**TÂNIA MARA GARIB**

Coordenadora Geral do FONGEMAS

Esta é a Carta de Curitiba tirada no 3º Fórum aqui realizado, que teve a presença, como já disse, de 22 Estados brasileiros aqui representados.

Senhor Presidente, para concluir, quero permitir ao Deputado Péricles de Mello, para que possa fazer um aparte a este assunto, já detalhado aqui anteriormente pela Mária, que luta, porque afinal de contas, já fizeram curso numa universidade, estão habilitadas e que no entanto, pessoas não-habilitadas, pessoas estranhas a esta área começam também a ocupar esse espaço, o que não é legal pelo que a lei determina.

**O Sr. Péricles Mello**

Obrigado, Deputado Algaci.

Quero me solidarizar ao seu pronunciamento. Todos nós temos visto as notícias nos jornais de que se os recursos brasileiros que são colocados à disposição do povo mais pobre fossem distribuídos racionalmente, muitos problemas poderiam ter sido resolvidos. E achamos que as assistentes sociais, a Lei Orgânica, a luta histórica da assistente social vem de encontro ao objetivo de erradicar a pobreza e construir a cidadania.

Por isso queremos nos solidarizar ao seu pronunciamento, ao encontro de Curitiba, das assistentes sociais, e as assistentes sociais aqui presentes que estão lutando pelos seus direitos, pela sua profissão, que tanto enaltece a vida brasileira.

De nossa parte, Deputado Algaci, nós apresentamos um projeto criando o serviço social na escola, para que a escola pública paranaense, a cada duzentos alunos, tivesse uma assistente social, pelo menos, profissional habilitado que vai fazer com que o vínculo escola/comunidade seja cada vez mais forte, cada vez mais sólido. construir uma escola cidadã e ajudar a resolver as grandes mazelas, pelas quais, infelizmente passa o nosso país.

Então, a minha solidariedade ao seu pronunciamento. As assistentes sociais estão aqui presentes e vamos nos encontrar muitas vezes até aprovarmos, com o apoio dos demais Deputados, o serviço social na escola.

Muito obrigado, Deputado Algaci.

O SR. ALGACI TULIO

Agradeço Deputado Péricles.

Acho que sua proposta, realmente, vem de encontro à situação atual que vivem as escolas e que não pode ficar restrita apenas ao currículo escolar, a matéria das professoras, que são dadas aos alunos, mas sim, mais do que nunca agora, quando se vê a desagregação familiar, quando se vê o jovem partindo para o mundo das drogas, mais do que nunca agora se faz necessário o trabalho da assistente social, da psicóloga, pessoas que possam contribuir para a melhor qualidade da nossa juventude que está aí sendo acossada diariamente pelos traficantes, pelos comerciantes de drogas e, temos visto constantemente, em escolas de Curitiba, a violência nas portas ou dentro de pátios de escolas.

Mais do que nunca é nesta hora fundamental o trabalho da assistente social, da psicóloga e, pode ter certeza, uma proposta desta natureza deverá encontrar aqui nesta Casa o apoio de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Liderança do PPB, PDT, PSL.

(Declinam)

Pelo PSDB, o Deputado Antonio Carlos Baratter.

O SR. ANTÔNIO CARLOS BARATTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz hoje à tribuna é uma preocupação que acredito já aconteceu a todos os Deputados. Trata-se a respeito de pagamentos de precatórios.

Fiz um estudo respeitando a constituição federal, e protocolei nesta Casa, um projeto de lei, que gostaria da atenção dos Senhores Deputados para que pudéssemos ajudar especificamente aquelas pessoas que necessitam deste dinheiro para tratamento de saúde.

Em resumo, Sr. Presidente, o projeto dispõe sobre o pagamento parcial das obrigações constantes de pre-

catórios judiciais, até o limite da Lei nº 12.601/99, ou seja, 5400 UFIR.

E a pessoa que tenha esta necessidade irá fazer um requerimento e apresentá-lo à Procuradoria Geral do Estado que discutirá as necessidades, exigindo as provas.

A nossa justificativa, Sr. Presidente, é a seguinte.

(Lê):

### “JUSTIFICATIVA

## 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS - O CIDADÃO O ESTADO E O DIREITO À SAÚDE

É público e notório que o Estado acumula elevados débitos decorrentes de decisões judiciais. Estes débitos, segundo mandamento constitucional devem ser pagos “na ordem cronológica da apresentação” (C.F. art. 100, “caput”), salvo aqueles definidos em lei como de pequeno valor (C.F. art 100 § 3º).

A lei Estadual nº 12.601 de 1999, define como de pequeno valor as obrigações até 5.400 (cinco mil e quatrocentos) UFIR.

Temos verificado no entanto que inúmeros titulares de créditos com valores acima de 5.400 (cinco mil e quatrocentos) UFIR estão vivendo terríveis dificuldades. Muitos têm no recebimento desses créditos a única esperança de obter algum alívio em sua situação financeira. Vários são os casos dramáticos em que os credores lutam com terríveis problemas de saúde na família e não podem arcar com as despesas respectivas. Surge uma situação irônica e terrivelmente injusta. O cidadão não recebe assistência ao sistema público, nem pode recorrer ao sistema privado, porque não dispõe de recursos, embora possua dinheiro para receber do Estado. Os Srs. Deputados também são procurados para isto.

Todos sabemos que o atendimento do sistema público é precário e o sistema privado insensível. Temos exemplos de portadores de doenças como “cancêr”, “AIDS”, “deficiência renal” “acidente vascular cerebral”, etc., lutando entre a precariedade do serviço público (com suas enormes filas) e a insensibilidade do serviço privado (que, a pretexto de ser a saúde dever do Estado, nada faz sem pagamento antecipado). Esses pacientes sofrem duplamente. A dor do corpo, diante da doença; a dor da alma, diante do abandono e da injustiça, diante do desamparo social em que se encontram.

## 2 - O FUNDAMENTO DA PROPOSTA

A proposição que apresentamos é inspirada num espírito humanitário e num critério de justiça. Minorar parte do sofrimento daqueles que estão doentes e sem recursos para custear o tratamento. Atender, em parte, aquele que têm crédito líquido e certo junto ao Estado, dando-lhe o tratamento da lei Estadual nº 12.601/99.

## 3 - A CONSTITUCIONALIDADE DA PROPOSIÇÃO

O projeto é legal e constitucional. O que esta proposição estabelece é uma alternativa de assistência a pessoa desamparada. Sua base constitucional está nos artigos 1º, III (a dignidade da pessoa humana), 3º (sociedade livre, justa e solidária), 6º (direito à saúde e

assistência aos desamparados), 193º (primado da justiça social) e 196º (direito à saúde e acesso às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação) da Constituição Federal.

Assim, embora o artigo 100 da Constituição Federal imponha a obrigatoriedade de se observar uma ordem rigorosa no pagamento dos precatórios, o que é imprescindível à garantia dos credores e da própria ordem pública para evitar privilégios e negociatas, essa ordem não prevalece diante da realidade concreta, quando o que está em pauta é a exigência de "respeito à dignidade da pessoa humana", a efetivação dos preceitos da "justiça e solidariedade", a efetividade do direito à "saúde" e a "assistência contra o desamparo", o "primado da justiça social" e do "acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Portanto, as disposições que se aplicam a esta proposição, em confronto com o artigo 100 da Constituição Federal, são aquelas contidas nos artigos 1º, III, 3º, 6º, 193º, e 196º da Constituição Federal, que devem prevalecer.

#### **4 - A COMPETÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

A matéria está no âmbito da competência legislativa da Assembléia Legislativa que regulamenta aquilo que a Constituição Federal determina.

#### **5 - INSTRUMENTO DE GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DA LEI**

Ressalte-se, por último, que a Procuradoria Geral do Estado será agente fiscalizador da fiel e adequada execução da lei, evitando as distorções que elementos inescrupulosos sempre procuram impor. A fiscalização da Procuradoria Geral do Estado é a garantia contra burlas, negociatas e artifícios diversos que visarem sabotar a ordem do artigo 100 da C. F. e macular o elevado espírito público e social do projeto. Cabe à Procuradoria Geral do Estado analisar o pedido, conferir a documentação que o instrui e adotar todos os procedimentos cautelares necessários à fiel e boa execução do texto da lei, em conformidade com o espírito de justiça e humanidade que constituem seu fundamento.

#### **6 - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, conto com o apoio desta Casa para aprovação do projeto."

Obrigado, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de continuar o meu pronunciamento que ontem foi interrompido devido ao tempo que tínhamos na Liderança do Governo, e volto aqui à questão dos precatórios e as alegações que foram feitas aqui devido ao

déficit público que o Governo do Estado nos últimos anos tem tido.

Ontem nos reportamos até o ano de 1994. Hoje voltamos a falar sobre a questão de 1995. O déficit de 1995 foi de 30 milhões e é causado pela inscrição de resultantes de ações dos anos de 1993 e 1994, época em que o Governador era o hoje Senador Requião. Em 1996 o déficit foi de 254 milhões, 104 milhões de precatórios de governos anteriores. Em 1997 o déficit foi de 790 milhões, 560 milhões de precatórios. É importante que isso seja ressaltado para ver que o déficit hoje no Estado, o grande problema são os precatórios. E depois vou citar aqui alguns números estarrecedores. Em 1998, e aí é muito importante a atenção dos Senhores Deputados, o déficit do Estado foi de dois bilhões e trezentos milhões, entre os quais dois bilhões e cem foi de precatórios que gerou esse déficit.

É importante ressaltar que aproximadamente mil e quinhentos e cinquenta precatórios pendentes de pagamentos do exercício de 1996 até o ano 2000, somente 55, quer dizer, 0,035; 0,035 são oriundos de ações iniciadas a partir de 1995, tempo este em que começou a governar o Paraná o Governador Jaime Lerner.

Mas para que os Deputados tenham conhecimento, é importante, quero citar aqui alguns números de ações que geraram os precatórios. Cito aqui um exemplo: uma ação, a nº 7405/70, no Governo de 1991, foi pago esta ação, estes precatórios, um valor de 247 milhões, oitocentos e vinte e nove mil, aí após ter recebido este precatório foi entrado com uma nova ação aonde gerou um precatório complementar, Deputado Valdyr Pugliesi, de sete milhões, duzentos e vinte e dois mil. Quer dizer, pagaram duzentos e quarenta e sete milhões e duzentos e vinte e dois. Qual é a alegação para surgir esses precatórios complementares? É de que o Governo em 1991 pagou os precatórios sem a devida correção da inflação e também a correção dos planos que existiram no passado, gerou esse precatório complementar.

Cito aqui um outro exemplo para que os senhores tenham idéia, e é uma centena de ações de precatórios. A ação 96/76, e se os Deputados quiserem ter conhecimento através desse número é de conhecimento público, pode ser requerido para ter conhecimento desta ação, a 96/76 foi pago pelo Governo em 1991 um precatório de novecentos e sessenta e três milhões, duzentos e oito mil, aí com uma nova ação gerou um precatório complementar de cinco milhões, quatrocentos e doze mil. Quer dizer, pagou-se novecentos e gerou um precatório de mais de cinco milhões. Poderia aqui ficar citando vários números mas quero apenas citar mais uma questão de precatório complementar, ação 5786, o governo pagou em 1992 um valor de trinta e sete mil oitocentos e cinquenta e quatro, foi pago, aí gerou um precatório complementar de três milhões e onze mil reais. Quer dizer, se nós formos ver, e coloco à disposição dos Senhores Deputados a relação aqui dos precatórios que hoje tem que ser pago pelo Estado e os precatórios complementares que foram gera-

dos é um valor estratosférico. É importante que se diga que isso foi gerado, pelo menos é em cima dessa decisão que a Justiça gerou o precatório complementar, é de que o Governo, na época, em 91, em 90, pagou o precatório sem as correções devidas e por isso gerou os precatórios complementares.

Trago essa explicação quanto ao déficit público, para dizer aqui que é importante, porque se fala muito no déficit público e quero me fixar apenas no ano de 1998, onde o déficit público do Governo do Estado do Paraná foi de dois bilhões e trezentos milhões de reais. Para que os senhores tenham uma idéia, dois bilhões e cem são de precatórios. Isso é importante que se ressalte, porque a origem desses precatórios são do passado e que hoje está sendo determinado pela Justiça, que seja pago e que faça parte da dívida do Estado do Paraná. Quando se fala no déficit público do Governo do Paraná de 1998, no qual nos fixamos para fazer aqui o nosso pronunciamento, é importante dizer que se formos ver a grande realidade, o déficit real não é de dois bilhões e trezentos milhões, se tirarmos os precatórios, que somam dois bilhões e trezentos milhões, se tirarmos os precatórios, que somam dois bilhões e cem, o déficit é de apenas em torno de duzentos milhões de reais.

Esse é o meu pronunciamento sobre a questão do déficit público.

No dia de amanhã, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero voltar a esta Casa, para que possamos aqui conversar e fazer o pronunciamento sobre a questão previdenciária do Estado do Paraná.

Mas para encerrar o meu pronunciamento, falando da FERROESTE. Não sei qual é o interesse de distorcer a verdade; entre privatizar e concessionar há uma diferença muito grande.

Quero deixar claro a esta Casa, para não nos tornar repetitivos, de que a FERROESTE foi concessionada, não foi privatizada. Todo o seu patrimônio é do Estado do Paraná. Esta é uma questão importante que se diga, porque por muitas vezes, por habilidade, não quero dizer que seja falta de conhecimento, mas quero afirmar que por habilidade, talvez, para distorcer a verdade, quer se dizer que se entregou o patrimônio público da FERROESTE. Não é verdade. A grande verdade é que o patrimônio da FERROESTE é do Governo do Estado do Paraná. Ela foi apenas concessionada a uma empresa da iniciativa privada.

Se o Presidente permitir, tenho mais um minuto - porque ontem Vossa Excelência foi rígido, encerrei meu pronunciamento pela metade -, concederei o aparte ao Deputado Nereu Moura.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Normalmente não permitimos, mas como se trata de um assunto tão palpitante como esse, sem dúvida nenhuma concede-se o aparte a quem quer que queira.

#### O Sr. Nereu Moura

Quando falamos que foi um presente a concessão da FERROESTE à iniciativa privada, falamos com base nos números, nos dados. Ora, o governo do Paraná gastou aproximadamente 300 milhões de reais para fazer a obra, a rodovia de Guarapuava a Cascavel. E arrendou essa rodovia por 30 anos, para o grupo, por 25 milhões, Aliás, por 30 anos por 25 milhões. Na verdade o presente é justamente relacionado pela quantia que o Governo gastou e pelo retorno que isso vai ter em 30 anos, aos cofres do Tesouro Estadual.

É uma ninharia, tendo em vista a importância que esta obra traz para o Paraná, olhando a questão da hidrovía Tietê - São Simão, a ponte de Guaíra, a ligação de Cascavel-Foz do Iguaçu, Paraguai, Argentina e por aí afora.

Então nós falamos que o presente é neste sentido, Deputado, entendemos que não foi vendido, que foi um arrendamento mas o prazo é muito longo e o retorno é muito pouco para os cofres do Estado.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Mas é importante, Deputado Nereu Moura, Vossa Excelência talvez não estivesse presente mas teve Deputados que falaram que foi dado o patrimônio público, e não é isso, foi concessionada a rodovia e o patrimônio continua intocado e de poder do Governo do Estado do Paraná.

Concedo o aparte do Deputado Ademar Traiano.

#### O Sr. Ademar Traiano

Deputado Rossoni, acompanho seu raciocínio com relação ao comprometimento do Governo do Estado com a união e está perfeitamente explicado por Vossa Excelência, e com certeza para aqueles que queiram entender que o comprometimento do Estado, principalmente do Governo Jaime Lerner, não é aquilo que a mídia, o próprio Senador Álvaro Dias vêm afirmando, no Congresso Nacional.

Está evidenciado que dos 1555 precatórios devidos pelo Estado do Paraná, apenas 55 tiveram origem no Governo Jaime Lerner.

Portanto acredito que o comprometimento da dívida do Estado para com a União é realmente fruto de uma ação irresponsável, inconsequente dos Governos anteriores, que preferiram efetuar o pagamento pelo principal dos precatórios, esquecendo-se da responsabilidade com relação à correção monetária e outros encargos pudessem ter sobre estes precatórios, tendo consciência que, quando reclamado, na Justiça, o reclamante teria todo o direito de receber este diferencial, para apenas fazer com que pudessem vender uma imagem ao Paraná que os governos anteriores deixaram o Estado em situação privilegiada.

O que não acontece, como está provado por este relatório que V. Exa. apresenta, provado para aqueles que queiram verificar, *in loco*, a documentação, que as dívidas do Governo do Estado, com relação a precatórios é

limitada a 55 precatórios que tiveram origem no Governo Jaime Lerner. O restante é dos governos Álvaro Dias e Roberto Requião.

Portanto, V. Exa. coloca e traz à luz da verdade, com muita clarividência, com muita precisão, traz ao Parlamento do Paraná aquilo que realmente é o verdadeiro espelho do comprometimento do Estado para com a União. E, com certeza, traz ao Paraná, a verdadeira expressão da verdade!

Parabéns, Deputado Valdir Rossoni, pelo seu brilhante pronunciamento e pela clareza com que demonstra ao Paraná, os números da dívida do Estado.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Agradeço o tempo que V. Exa. me concedeu, Senhor Presidente, para que pudesse dar o aparte ao Deputado Nereu Moura e ao Deputado Traiano e concluo o meu pronunciamento.

**O SR. BERALDIN (Pela Ordem)**

O assunto que o Líder do Governo aborda da tribuna e debatido por alguns Deputados, me parece que poderia ser melhor esmiuçado se colocarmos em análise, aqui na Casa, os orçamentos...

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, não cabe a Questão de Ordem do Deputado Beraldin. Ele tem todo o direito, podemos esmiuçar esta questão mas fazendo uso do Horário do Pequeno, do Grande Expediente e do Horário das Lideranças.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Procede a Questão de Ordem levantada pelo Deputado Valdir Rossoni. Entendo que o Deputado Beraldin quer, e todos sabemos onde V. Exa. quer chegar. Por gentileza conclua seu pronunciamento.

**O SR. BERALDIN (Pela Ordem)**

Apenas para que possamos analisar as contas dos governos anteriores, do Governo Requião, do Governo Álvaro Dias, que ainda estão para ser analisados aqui por essa Casa.

Vossa Excelência, sabemos, dará encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente!

**O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)**

Gostaria de comunicar que esse Plenário aprovou no começo do mês de setembro um pedido de informação de minha autoria, com relação à compra de jaquetas importadas por parte do comando da Polícia Militar. E a informação que tenho agora é que o Governador Jaime Lerner deverá anunciar um novo Comandante para a Polícia Militar. E a informação que também disponho, inclusive gostaria de deixar aqui para o Plenário, é que

não houve compra, houve sim um empréstimo pessoal. Isso já foi apurado por uma Comissão na Secretaria da Segurança Pública e também pela Promotoria Criminal.

Por isso sugiro aqui ao Plenário, tão logo, quero ver se amanhã, até mesmo que todos possamos pensar a partir de agora numa CPI para apurar compra de equipamentos da Polícia Militar. Acho que é providencial, que se trata de dinheiro público, houve na verdade empréstimo pessoal. O Comandante Geral da Polícia Militar, emprestou num primeiro momento 350 mil reais a um amigo seu. Esse dinheiro não voltou aos caixas da Polícia Militar, se passaram quatro meses, houve um outro empréstimo de cento e trinta mil reais, foi quando fizemos o nosso pedido de informação aqui. Passados quinze dias do nosso pedido de informação, devolveram cento e trinta mil reais ao caixa da Polícia Militar.

Então gostaria de colocar ao Plenário, amanhã vou correr aqui um requerimento para que possamos ter aqui uma CPI, para apurar exclusivamente as compras de fardas de equipamentos na Polícia Militar.

Obrigado!

**O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)**

Senhor Presidente, já que foi adiantado pelo ilustre Parlamentar Ricardo Chab, nesse momento o Governador Jaime Lerner, junto ao Secretário Cândido Martins de Oliveira, está anunciando o novo Comando da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado do Paraná. Às 15:30 seria o anúncio.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

É que o Ricardo Chab, como repórter, deve ter fontes mais rápidas que a nossa.

Com a palavra, Deputado Edgar Bueno.

**O SR. EDGAR BUENO**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje a Bancada de Oposição me incumbiu de fazer uma saudação especial à Dra. Lidia, Assessora da Liderança do Governo. Gostaria, para que não pairasse nenhuma dúvida, nenhum ressentimento, que esse é o sentimento da Bancada da Oposição com referência a sua capacidade, o seu compromisso no assessoramento do Líder do Governo. Esse é o nosso reconhecimento. Todos gostaríamos de nos desculpar pelo mal entendido e também é o pensamento do Deputado Ângelo Vanhoni, que tem na senhora uma das pessoas mais competentes nessa Casa.

(Lê):

“Na tarde de ontem, o eminente Líder do Governo nessa Casa, Deputado Valdir Rossoni, acusou a Oposição de fazer sofismas e manipulações, informações para passar a opinião pública, a idéia e que as contas do Estado não estão sendo administradas eficazmente de que as finanças públicas estão desequilibradas. Chega o nobre Líder do Governo, a nos acusar de má fé e de que esta-

mos apresentando números que são frutos de alucinado delírio.

Pois bem! Vamos então confrontar as nossas palavras com o pronunciamento do Líder do Governo e ver quem é que manipula os dados. Quem não faz uma administração transparente, ao negar informações e, quando as traz a esta Casa o faz para ludibriar, dando informações conflitantes como veremos a seguir:

1) O Líder do Governo diz, no documento que distribuiu ontem, que a dívida está em R\$5,882 bilhões, quando na verdade já soma R\$7,321 bilhões, praticamente dobrando nos últimos 18 meses, como informou a Gazeta Mercantil (25/10): “A dívida do Paraná foi a segunda que mais cresceu no país, só perdendo para Rondônia, cujo endividamento evoluiu 137% na mesma base de comparação”. Os números publicados pelo respeitável jornal conferem com os números fornecidos pelo Banco Central e comentados pela Oposição, podendo passar de R\$9 bilhões até o final de outubro.

2) Conforme balanço geral do Estado, em 31 de dezembro de 1994 a dívida total do Estado era de R\$1,395 milhões e a dívida externa (contratada em dólar) era de apenas 464 milhões de reais. Qualquer professor de matemática sabe que se quisermos fazer a correção com o valor do dólar de 31/06/99, como quer o Líder do Governo, temos que pegar apenas os 464 milhões de reais que são contratados em dólar (o restante da dívida que é em real, continua em real): Corrigindo o valor da dívida, para dólares de 30/06/99 seu valor aumenta 356 milhões de reais e não em 1 bilhão e 100 milhões como calculou o Líder do Governo. Não dá para misturar alhos com bugalhos.

3) Em seu discurso, o Líder do Governo afirmou que 70% dos 3,2 bilhões de reais captados junto à União para o saneamento do BANESTADO referem-se a passivos assumidos pelo Banco estatal quando da extinção do BADEP. Para o Governo esse montante seria, portanto, de 2,24 bilhões de reais. Essa afirmação que fez o Líder do Governo foi mais que uma manipulação de dados, outro sofisma (ou logro, ou burla, segundo o Dicionário Aurélio), do que injustamente acusa a Oposição: Segundo a cláusula terceira do contrato de saneamento do BANESTADO, assinado pelo Senhor Governador com o Banco Central em 30/06/98, o valor é de R\$228 milhões, ou seja, o Líder do Governo multiplicou por dez este valor.

4) A afirmação do Líder do Governo dando conta de que a dívida assumida com os títulos de Alagoas, Pernambuco, Osasco, Guarulhos e Santa Catarina não ultrapassa os 490 milhões de reais, conflita com declarações do atual presidente do BANESTADO, Reinhold Stephanes, e do Secretário de Governo, José Cid Campelo Filho, prestadas à Gazeta do Povo de 03/09/99 (pág. 8), de que esse valor é de 577 milhões de reais.

5) O Líder do Governo disse que a Secretaria da Fazenda informou que a dívida com o INSS/FGTS é de 25 milhões de reais. O Banco Central afirma que é de 580

milhões de reais. Em quem acreditar, Senhor Presidente e Senhores Deputados?

6) As contradições e incoerências do documento que embasa a fala do Líder do Governo continua: Na página 2, ele afirmou que a dívida dos governos anteriores assumidas pelo atual Governo é de 2,6 bilhões de reais. E no quadro resumo da página seguinte, esse valor cai para 1,6 milhões de reais.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, aí estão seis pontos que colocam com clareza as informações contraditórias, sofismas e manipulação de dados, contidos no pronunciamento do Líder do Governo, confirmando que é realmente grave a situação orçamentária do Estado, quase que fugindo de controle ou que os gestores das finanças já perderam mesmo o controle da situação, ao passarem à sociedade números conflitantes. Ou o fazem para ludibriar a opinião pública e por não terem interesse de expor o real quadro da situação financeira do Governo do Paraná?

Depois do pronunciamento do Líder do Governo, ontem, a Oposição não tem dúvida em reafirmar a sua convicção: “As contas públicas do Estado não estão sendo administradas dentro de rigorosos padrões de responsabilidade e não conferem ao Paraná uma situação tranqüila em face aos demais estados da União”.

Se quisermos contribuir para a construção de uma sociedade democrática e justa, temos que exigir do Poder Executivo transparência e realismo das informações que são passadas à população. Ao Tribunal de Contas, braço auxiliar da função fiscalizadora da Assembléia Legislativa, cabe agilizar a análise das contas desse Governo informando ao Poder Legislativo, para que possamos cumprir com os nossos compromissos perante à sociedade.”

Senhores e Senhora Deputada, quero divulgar aqui, um dos números que comprometem as contas públicas do Estado.

Em 1995 gastava-se 71% da receita tributária só com a despesa de pessoal. Em 96 passou para 73%. Em 98, pasmem senhores, já chegamos a 142,66 as despesas da folha de pagamento do Estado do Paraná com referência à arrecadação tributária.

Com referência à FERROESTE citada aqui pelo Líder do Governo “privatizar ou concessionar é quase a mesma coisa. Privatizar, é entregar o galinheiro para a raposa e concessionar é permitir que a raposa entre no galinheiro”.

Entregar um patrimônio deste valor à iniciativa privada por apenas - o governo fala por apenas, digo, por apenas vinte e cinco milhões, é realmente, uma irresponsabilidade administrativa.

Quero conceder um aparte ao Deputado Ademar Traiano por um minuto.

**O Sr. Orlando Pessuti**

Eu me inscrevo para um aparte.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Nobre Líder da Oposição, Deputado Edgar Bueno, acho que V. Exa. está trazendo para esse Plenário informações conflitantes e que não espelham a realidade das informações oficiais que o governo tem trazido a este Plenário, pelo Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, mas com certeza na sequência o próprio Líder do Governo poderá lhe responder e trazer a luz da verdade, contradizendo esse vosso discurso, que, com certeza, as informações que V. Exa. tem não são dignas e verdadeiras. Quero lhe dizer, principalmente em relação à FERROESTE, de quem vivenciei por 2 anos como Diretor Administrativo e Financeiro da FERROESTE, de que apesar da alta soma de recursos investidos...

#### O SR. EDGAR BUENO

Gostaria que o Senhor concluísse porque já passou um minuto, Deputado Traiano.

#### O Sr. Ademar Traiano

Quero lhe dizer que a FERROESTE mesmo concessionada hoje, está propiciando a oportunidade para que um novo projeto de execução de Cascavel a Foz do Iguaçu, através dos recursos oriundos dessa concessão, está se possibilitando realizar estudos de viabilidade e um projeto para a sua continuidade para Foz do Iguaçu.

Portanto acho que apesar dos recursos de altas somas, se tornava inviável ao Governo executar a FERROESTE, fazer com que os trens pudessem andar pelos trilhos da FERROESTE, em função de que esta não é a função do Estado.

#### O SR. EDGAR BUENO

Obrigado pelo aparte.

Gostaria de dizer que estou grato por saber que realmente o Governo do Estado tem interesse em fazer este investimento na Região oeste do Paraná o qual ficamos satisfeitos. E dizer também a V. Exa., Deputado Traiano, que se o Governo não tem as informações com referência à sua própria dívida pública, temos aqui, baseados em documentos oficiais do Banco Central, baseados em balancetes e balanços do Banco do Governo do Estado do Paraná e também nas publicações no Diário Oficial. Temos porque uma equipe que realmente faz esse levantamento, com muito mais sacrifício, com muito mais dificuldade porque, realmente, a Oposição tem que buscar esses subterfúgios pois o Governo do Estado, infelizmente, não informa os números verdadeiros à opinião pública com referência a sua dívida.

Se o Presidente me permitir gostaria de conceder 30 segundos ao Deputado Orlando Pessuti.

#### O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Edgar Bueno e Deputado Nelson Justus, obrigado.

Só queria fazer a seguinte comparação e principalmente para o Deputado Traiano e para o Deputado Rossoni que estão apartando e que são empresários. Toda vez que se busca fazer a locação de um prédio público, o valor do aluguel normalmente gira em torno de 1% do valor do imóvel que está sendo locado. No caso da FERROESTE 300 milhões se investiu para construir a FERROESTE e o valor a ser recebido é menor que 10% por um prazo de 30 anos. É um presente que foi dado à empresa que foi a concessionária da FERROESTE.

#### O SR. EDGAR BUENO

Gostaria então de encerrar meu pronunciamento agradecendo a atenção de todos.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 448/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Filantrópica da Igreja Presbiteriana Renovada da Fazendinha, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/99, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Colombo. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P. COM EMENDAS DA C.C.J. e C.S.P.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA C.C.J. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - Aprovada.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/99, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Fazenda Rio Grande. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**



**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/99, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que altera o Art. 1º, da Lei nº 12.640, de 12 de julho de 1999, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Mandaguaçu, com sede e foro no Município de Mandaguaçu. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/99, de autoria do Deputado Anibal Khury e outros, excluí dos benefícios concedidos pela Lei nº 9.895, de 08 de janeiro de 1992, as empresas que pratiquem ações econômicas danosas aos produtores paranaenses. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 22, de 07.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 157/99

**P A R E C E R :**

Parecer ao Projeto de Lei nº 157/99, de autoria do Deputado Anibal Khury e outros, que excluí dos benefícios concedidos pela Lei nº 9.825, de 08 de Janeiro de 1992, as empresas que pratiquem ações econômicas danosas aos produtores paranaenses.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e Constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Rodovia Ozório Alves de Oliveira, a PR-471 entre o trevo da BR-277 até a Cidade de Catanduvas-Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 61, de 07.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 304/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, denomina de Rodovia Ozório Alves de

Oliveira, a PR-471, compreendido entre o Trevo da BR-277 e o Município de Catanduvas.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, da presente propositura, não encontramos nenhum óbice constitucional e legal, que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.09.99.

(aa) CESAR SELEME  
Presidente em Exercício  
WALDYR PUGLIESI  
Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre a proteção do consumidor em sua saúde e segurança, através do direito de ser atendido por operador de bombas de combustível e lubrificantes, em estabelecimentos de venda e varejo desses produtos. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 91, de 10.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 412/99

**P A R E C E R :**

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Tony Garcia, dispõe sobre a proteção do consumidor em sua saúde e segurança, obrigando que este seja atendido por operador em bombas de combustíveis e lubrificantes, nos estabelecimentos de venda a varejo.

Analisando a referida proposição, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação, haja vista que a Constituição Federal, em seu Artigo 23, Inciso II, assim dispõe.

Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - ...

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Nota-se pois, que o Texto Constitucional autoriza expressamente, na forma de competência comum, os Estados a disporem sobre saúde e assistência pública, juntamente com a União e os Municípios.

Sobre a competência comum, ensina José Afonso da Silva, in Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros, 13ª ed., que competência comum significa: “a faculdade de legislar ou praticar atos certos atos, em determinada esfera, juntamente e em pé de igualdade, consistindo, pois num campo de atuação comum às várias entidades, sem que o exercício de uma venha a excluir a competência

de outra, que pode assim ser exercida cumulativamente”.

Tratando-se pois de competência comum, podem os diversos entes da federação (União, Estados e Municípios), disporem sobre a matéria de formas diversas, sem que o exercício da competência por um dos entes vincule o outro a dispor de mesma forma.

Como se vê, depreende-se pois da Carta Federal, segundo o melhor entendimento doutrinário, que a referida proposição encontra supedâneo no ordenamento jurídico pátrio, possuindo todas as condições para ser apreciada em plenário.

Face ao exposto, por ser a referida proposição, constitucional, legal e regimental, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**  
**PROJETO DE LEI Nº 412/99**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Tony Garcia, dispõe sobre a proteção do consumidor em sua saúde e segurança, através do direito de ser atendido por operador de bombas de combustíveis e lubrificantes em estabelecimentos de venda a varejo desses produtos.

**Fundamentação**

A Comissão de Constituição e Justiça ao ser chamada a opinar apresentou parecer favorável ao projeto. Esta Comissão de Saúde Pública entende que a proposição em tela irá proporcionar um aumento de segurança ao consumidor paranaense. O atendimento “self service” é objeto de preocupação de toda a comunidade paranaense, tendo em vista a possibilidade de utilização das bombas de gasolina por pessoas sem nenhum treinamento para tal. Além desta preocupação, este tipo de atendimento ocasiona dispensa de empregados e não diminui o preço final ao consumidor.

**Conclusão**

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,**  
**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**PROJETO DE LEI Nº 412/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tony Garcia, visa dispor sobre a proteção do consumidor em sua saúde e segurança, através do direito de ser atendido por operador de bombas de combustíveis e lubrifi-

cantes, em estabelecimentos de vendas a varejo destes produtos.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.10.99.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação do Serviço de Assistência Social Emmanuel. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 96, de 17.08.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 438/99**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação do Serviço de Assistência Social Emmanuel.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, na forma da emenda.

Sala das Comissões, em 05.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 438/99**  
**EMENDA CORRETIVA**

O artigo 1º do presente projeto de lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Serviço de Assistência Social Emmanuel, com sede e foro no Município de Mallet.”

Sala das Comissões, em 05.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoio: Moysés Leônidas

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do DETRAN, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Nova Aurora. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA**

C.C.J. E C.S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado.**  
(Publ. no D.A. nº 107, de 25.08.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 461/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, através do DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Nova Aurora, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda corretiva para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 461/99  
EMENDA CORRETIVA

O Parágrafo Único do artigo 1º do presente projeto de lei, passa a vigor com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Ficam incluídos os Municípios de Cafelândia e Iracema do Oeste, na área de abrangência da CIRETRAN do Município de Nova Aurora.”

Sala das Comissões, em 21.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

Apoioamento:

Algaci Tulio, Carlos Simões, Beto Richa, Hermes Fonseca, Waldyr Pugliesi, Cesar Seleme, Moysés Leônidas, Duílio Genari, Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 461/99

P A R E C E R :

**Relatório**

De autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, através do DETRAN, a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Nova Aurora.

**Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende a importância da reivindicação, visando melhorar o atendimento à população de Nova Aurora e seus municípios vizinhos.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de parecer favorável, na forma da emenda corretiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 469/99, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná - FEAPPAR, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 114, de 13.09.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 469/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná, FEAPPAR, com sede e foro no Município de Curitiba/PR, à Rua Lamenha Lins nº 981, Bairro Rebouças.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral para melhor adequá-la às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 469/99

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2240, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2241 e 2242, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2243, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2244, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2245, de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2246 a 2248, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2249 e 2250 de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2251 de autoria do Sr. Deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2252, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valdir Rossoni, inscrito.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Farei uso rapidamente das Explicações Pessoais porque no dia de ontem iniciamos aqui um pronunciamento, quando trouxemos a realidade do endividamento do Estado. E hoje, nós ouvimos aqui pronunciamentos contestando esses números.

E me pergunto, se esses números trazidos aqui pelo ilustre Líder da Oposição, se eles têm alguma veracidade. Porque há vinte dias atrás, ouvi um pronunciamento aqui nesta Casa, onde um Deputado falava em mais ou menos 12 bilhões. Daí, numa outra oportunidade ouvi um Parlamentar falar em mais ou menos 8 bilhões, e hoje, pelo que estou vendo, não combinaram com os números e estão falando em torno de 7 bilhões.

Então, acredito que aí está demonstrada a verdade. Quando não confere nem os números do próprio pronunciamento dos Deputados inicia-se em mais ou menos 12 bilhões, depois em torno de 8 bilhões e depois baixa para 7 bilhões e, se tivermos mais um pronunciamento, talvez chegue nos 8 bilhões e novecentos milhões que é o número real da dívida do Estado.

Assim precisamos ter muito cuidado quando mexemos com bilhões porque não estamos mexendo com centavos.

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, gostaria de rapidamente dizer que foi bom que o Líder do governo se pronunciou dizendo que a dívida real do Estado chega a oito e novecentos. Vou informar melhor o Líder do Governo: hoje estamos em sete, trezentos e alguma coisa, com mais a dívida do

BANESTADO de um bilhão e setecentos, chegaremos ao final deste mês sim, com nove bilhões de déficit do Estado.

E, nada melhor do que propormos, entre os Deputados da Oposição e Situação, em CPI para averiguar com os números reais o endividamento do Estado do Paraná. A CPI seria o melhor caminho para que conseguíssemos estes números reais para esclarecer à opinião pública do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 388, 395 e 479/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 157, 210, 304, 412, 438, 461 e 469/99.

Levanta-se a sessão.

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

### 14ª LEGISLATURA

### ATA DA 029ª SESSÃO

### EXTRAORDINÁRIA

### REALIZADA EM

26 DE OUTUBRO DE 1999

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Divanir Braz Palma e Antonio Annibelli.

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró

Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carriho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos para o Pequeno e Grandes Expedientes.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 279/99, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN no município de Clevelândia. **Aprovado.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei nº 319/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder em Comodato uma área de terras ao município de Ribeirão do Pinhal. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 319/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder em regime de comodato à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, por prazo determinado, duas áreas e terras localizadas às margens do Rio Laranjinha, de propriedade da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUD-ERHSA, constantes da Transcrição nº 12.333, fls 56, do livro nº 3-Q com área de 65.840 m<sup>2</sup> (sessenta e cinco mil e oitocentos e quarenta metros quadrados) do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antonio da Platina e da

Transcrição nº 2.784, fls. 134 do livro 3-C, com área de 84.712,25m<sup>2</sup> (oitenta e quatro mil e setecentos e doze metros e vinte e cinco centímetros quadrado), do Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o art. 1º desta lei, serão destinados a uma área de lazer, não podendo ter destinação diversa.

Art. 3 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.10.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que regulamenta a cobrança de serviços efetuados através de telefonia no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Ibiporã, área de terra de propriedade do Governo do Estado, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/99, de autoria do poder Executivo - Mensagem nº 20/99, que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$9.797.096,00 (nove milhões, setecentos e noventa e sete mil, noventa e seis reais) ao orçamento da Secretaria de Estado da Saúde. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 128, de 28.09.99- Mens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 509/99

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$9.797.096,00 (nove milhões, setecentos e noventa e sete mil e noventa e seis reais), ao orçamento da Secretaria de Estado da Saúde.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(aa) BAZÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 27 para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 258/99, 319/99 e 481/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/99.

Levanta-se a sessão.

### Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 383/99

conceder, a NILVA KHURY, esposa do ex-Deputado Estadual Anibal Khury, falecido em 30 de agosto de 1999, pensão mensal, de acordo como art. 1º, da Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, e art. 045/90, de 22 de janeiro de 1990.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.10.99.

(Prot. nº 8990/99)

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 400/99

retificar o Ato da COMISSÃO EXECUTIVA nº 271/98, de 16 de dezembro de 1998, que passa a constar nos seguintes termos:

conceder aposentadoria, por invalidez, a MARIA ERNESTINA MACIEL ALZAMORA, matrícula nº 40546, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Universitário N-61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos dos arts. 139; 224 e seu parágrafo único; e 235, da Lei nº 6.174/70, acrescido de três (03) quinquênios, conforme o art. 170 e parágrafo único, da citada Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 15., da Diretoria de Pessoal, desta Casa.

(Prot. nº 9792/98)

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 401/99

exonerar, a pedido, GEANNE MARIE DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Taquígrafo "B" - T.Q.-1, Referência-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, a partir de 15 de outubro de 1999.

(Prot. nº 9396/99)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.10.99.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário  
AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

### Ata de Comissão:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Antonio Belinati, Durval Amaral e Nereu Moura. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 504/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães. O Deputado Relator Antonio Belinati requer diligência - DEFERIDO; 02) Projeto de Lei nº 096/99, de autoria do Deputado Beto Richa. O Deputado Relator Antonio Belinati solicita devolução da matéria ao autor para melhor análise - DEFERIDO; 03) Projeto de Lei nº 258/99, de autoria do Deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Hermes Fonseca e Waldyr Pugliesi; 04) Projeto de Lei nº 467/99, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do Deputado Pastor Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 469/99, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do Deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 483/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 512/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei Complementar nº 497/99, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Concedido vistas ao Deputado Durval Amaral; 11) Projeto de Lei nº 509/99, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 455/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Algaci Tulio - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Sen-

hores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BAZÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária